

Solução ecológica para o ferro-gusa

por Ottoni Fernandes Jr.
de Belém

O governo do Estado do Pará está propondo alternativas que permitam manter em funcionamento o pólo produtor de ferro-gusa, na região de Marabá, sem que isso represente uma agressão ao meio ambiente. "Estamos sugerindo que as usinas siderúrgicas passem a usar carvão mineral importado da Colômbia, como redutor do ferro, e energia elétrica da Eletronorte, com tarifas subsidiadas, em vez daquela obtida pela queima de carvão vegetal", diz o secretário da Indústria, Comércio e Mineração do Pará, Nelson Ribeiro.

As siderúrgicas instaladas ao longo da ferrovia que leva o ferro de Carajás até o porto de Ponta da Madeira em São Luís, no Maranhão, estão sob fogo cerrado dos ecologistas antes mesmo de começarem a funcionar. Alegavam os grupos preservacionistas que tais usinas iriam contribuir para a destruição da floresta amazônica ao consumir carvão vegetal.

Os ecologistas colheram uma vitória quando a Procuradoria Geral da República acolheu uma ação popular pedindo a paralisação das siderúrgicas — duas em Marabá e duas em Açailândia, no Maranhão, já em plena operação. Nesta semana, contudo, a Justiça Federal de Brasília julgou-se incompetente e o caso será transferido para a Justiça Federal de Belém e de São Luís.

Enquanto prossegue a batalha judicial, o governo paraense busca alternativas. "Estamos enfrentando problemas no nosso comércio exterior com a Colômbia, pois importamos muito pouco de lá, daí seria uma ajuda a compra de carvão mineral colombiano, para abastecer as siderúrgicas do pólo de Carajás, mesmo que isso implique algum subsídio, para compensar o não uso do carvão vegetal", sugere o secretário Ribeiro.

Na realidade, segundo o governo paraense e empresários locais, é o momento de repensar o modelo de desenvolvimento industrial do estado. Até a promulgação da Constituição, o governo paraense geria uma pequena parte do estado, em termos econômicos. Carajás, uma imensa área, cobrindo todo o sudeste do Pará, estava sob controle federal. Assim, tinha sido, no passado, com as bacias do Tocantins e do Araguaia, subordinados ao Getat.

"Queremos fazer valer o dispositivo constitucional, que é auto-aplicável, e que determina a participação dos estados na decisão do local de construção de hidrelétricas em suas regiões e assim queremos discutir com a Eletronorte o plano para as usinas do Xingu", defende Ribeiro.

Além disso, uma demanda dos empresários locais é a maior utilização da energia gerada pelas hidrelétricas paraenses para o desenvolvimento local. "Não é possível que continuemos como meros exportadores de energia, vendo as linhas de alta tensão passarem por vilas que não têm eletricidade. É preciso que a Eletronorte construa mais estações rebaixadoras para estimular a ocupação do estado, inclusive pela agro-indústria, diz Otávio Pires, diretor da Estacom.

Mais ainda, prossegue o secretário Ribeiro, "não há razão para que, na boca das hidrelétricas paraenses, paguemos a mesma tarifa que os empresários do Sul". Acontece que, para a transmissão, por milhares de quilômetros ocorre uma perda energética e quem está no Pará paga por isso, argumenta. "Sem uma tarifa, no Pará, compatível com o custo de produção, mais baixo do que no Sul, nenhuma indústria virá de São Paulo para o Distrito Industrial de Barcarena, já que a energia elétrica custa o mesmo lá e cá", pondera Ribeiro.

Feitas as contas, o Pará é um estado à procura de um modelo e de desenvolvimento. "Não é possível que continuemos como mero enclave exportador", diz o empresário Altair Soares, vice-presidente da Federação da Indústria do Estado do Pará (Fiepa). E conta um caso, para exemplificar: "Tempos atrás tentamos montar uma fábrica usando o alumínio produzido pela Albrás, que fica 30 km em linha reta de Belém. Mas não topamos fornecer-nos 40 toneladas mensais, numa indústria que produz 150 mil toneladas anuais". Não conseguiu a garantia de fornecimento e o negócio não deu certo.

Reclama, na mesma linha, o empresário Antonio Farah, da Facepa, que teve de montar um forte lobby local para garantir que a companhia do Jari, empreendimento do Amapá, continuasse garantindo a

cota mensal para tocar sua indústria de papel e até hoje, conta, não recebe integralmente.

"O Amazonas vive uma situação de colonialismo interno, pois empresas como a Companhia Vale do Rio Doce e Albrás não se voltam para a realidade local, não se preocupam em estimular uma indústria local de transformação", denuncia o Secretário da Indústria e Comércio e Mineração. Assim, o Pará beneficia-se muito pouco do US\$ 1,35 bilhão de exportações gerados pelo estado em 1988, pois só US\$ 108 milhões sofreram algum tipo de industrialização.

ZPE

Para mudar este modelo, baseado em enclaves, o governo do Pará está interessado em atrair indústrias estrangeiras para a Zona de Processamento de Exportações de Belém (ZPE). "Estamos explorando a possibilidade de empresários do setor moveleiro italiano virem para a ZPE de Belém, aproveitando localmente as madeiras amazônicas e tentaremos, junto ao Itamaraty, colocar este projeto dentro do acordo de cooperação econômico Brasil-Itália que está sendo negociado", insiste Ribeiro.

Outra possibilidade foi levantada pela empresa Speedline, de Milão, que deseja produzir fundidos de alumínio para a indústria automobilística em Belém, empregando a matéria-prima da Albrás. A empresa já está fazendo consultas, com a perspectiva de exportar para os Estados Unidos, afirma Ribeiro.

A grande expectativa, no final das contas, é de que o país assuma, de fato, um modelo federalista e que os novos recursos fiscais atribuídos aos estados e municípios ajudem a diminuir as diferenças regionais e a integrar o Pará efetivamente na geografia econômica brasileira.